

TERRITÓRIO USADO NA CIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO: LEITURA SOBRE *QUARTO DE DESPEJO* E A REPRODUÇÃO DA VIDA NAS CIDADES BRASILEIRAS

Used territory in the city of one-dimensional thought: a reading of *Quarto de Despejo* and the reproduction of life in Brazilian cities

Territorio usado en la ciudad del pensamiento único: una lectura de *Quarto de Despejo* y la reproducción de la vida en las ciudades brasileñas

Graciany Costa dos Reis*
Miguel Pacífico Filho**

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Araguaína, Brasil – graciany.reis@ufnt.edu.br

**Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e docente permanente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), Araguaína, Brasil – miguel.filho@ufnt.edu.br

Recebido em 15/05/2025. Aceito para publicação em 12/08/2025.
Versão online publicada em 03/09/2025 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

Este artigo analisa a obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, por meio da perspectiva do “território usado” de Milton Santos (1996) e da crítica urbana desenvolvida por Ermínia Maricato (2013), especialmente no texto “O lugar fora das ideias e as ideias fora do lugar”. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), são examinados trechos do diário de Carolina (2014) que expressam as condições de vida em territórios populares urbanos. A análise, desenvolvida com apoio do software webQDA se estrutura em quatro categorias: habitação, trabalho, alimentação e vizinhança/comunidade. O estudo busca evidenciar como a autora, a partir de sua experiência como mulher negra e moradora da favela do Canindé (SP), revela as contradições da urbanização brasileira, marcada por exclusão, invisibilização e precariedade. Os relatos presentes na obra mostram que, mesmo diante da ausência de políticas públicas e da marginalização socioespacial, a favela é também território de resistência, solidariedade e produção de vida. Ao articular literatura, geografia e crítica urbana, o artigo defende que *Quarto de Despejo* é não apenas um testemunho individual, mas um documento social que denuncia a lógica excludente da cidade brasileira. Assim, reafirma-se a importância de compreender os territórios populares como espaços legítimos de produção do urbano, desafiando o pensamento técnico e normativo dominante sobre a cidade.

Palavras-chave: Urbanização brasileira. Periferias urbanas. Desigualdade socioespacial. Exclusão urbana. Produção do espaço.

Abstract:

This article analyzes the book *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (Child of the Dark), by Carolina Maria de Jesus, through the perspective of Milton Santos' (1996) concept of "used territory" and the urban critique developed by Ermínia Maricato (2013), particularly in the text "The Place Outside of Ideas and Ideas Outside of Place". Adopting a qualitative approach and using Bardin's (2016) content analysis technique, the study examines excerpts from Carolina's diary (2014) that portray living conditions in marginalized urban territories. The analysis, developed with support of webQDA software, is structured around four categories: housing, labor, food, and neighborhood/community. The article seeks to highlight how the author, based on her experience as a Black woman and resident of the Canindé favela (SP), exposes the contradictions of Brazilian urbanization, shaped by exclusion, invisibility and structural precariousness. The account presented in the book shows that, despite the absence of public policies and institutional support, the favela as a space of resistance, solidarity, and everyday life production. By articulating literature, critical geography and urban studies, the article argues that *Quarto de Despejo* is not only a personal testimony, but also a powerful social document that denounces the logic of exclusion within Brazilian cities. Thus, it reaffirms the importance of recognizing popular territories as legitimate spaces for urban production, challenging the dominant technical and normative thinking about the city.

Keywords: Brazilian urbanization. Urban peripheries. Socio-spatial inequality. Urban exclusion. Production of space.

Resumen:

Este artículo analiza la obra *Quarto de Despejo: diario de una favelada*, de Carolina Maria de Jesus, a partir de la perspectiva del "territorio usado" de Milton Santos (1996) y de la crítica urbana desarrollada por Ermínia Maricato (2013), especialmente en el texto "El lugar fuera de las ideas y las ideas fuera del lugar". Con un enfoque cualitativo, basado en la técnica de análisis de contenido propuesta por Bardin (2016), el estudio examina fragmentos del diario de Carolina (2014) que reflejan las condiciones de vida en territorios urbanos marginados. El análisis, desarrollado con el apoyo del software webQDA, se organiza en torno a cuatro categorías: vivienda, trabajo, alimentación y vecindad/comunidad. El estudio demuestra cómo la autora, a partir de su experiencia como mujer negra residente de la favela de Canindé (SP), expone las contradicciones de la urbanización brasileña, marcada por la exclusión, la invisibilidad y la precariedad estructural. Los relatos presentados en el libro muestran que, a pesar de la ausencia de políticas públicas y marginación socioespacial, la favela es también un territorio de resistencia, solidaridad y producción de vida. Al articular literatura, geografía crítica y estudios urbanos, el artículo sostiene que *Quarto de Despejo* no es solo un testimonio personal, sino también un documento social que denuncia la lógica excluyente de las ciudades brasileñas. Así, se reafirma la necesidad de reconocer los territorios populares como espacios legítimos para la producción urbana, desafiando las visiones técnicas y normativas sobre la ciudad.

Palabras-clave: Urbanización brasileña. Periferias urbanas. Desigualdad socioespacial. Exclusión urbana. Producción del espacio.

1. Introdução

O espaço urbano é um reflexo das relações de poder, sendo composto por políticas públicas, interesses privados e dinâmicas socioeconômicas que determinam quem tem acesso à cidade e em que condições (Maricato, 2013; Sposito, 2002). No Brasil, esse processo ocorre de forma desigual, com territórios marginalizados que permanecem ao lado das políticas urbanísticas formais. A obra "*Quarto de Despejo*" (2014), de Carolina Maria de Jesus, revela essa realidade narrando o dia a dia de uma mulher negra, favelada e trabalhadora, que enfrenta dificuldades de moradia, trabalho, alimentação e relações comunitárias em um território historicamente negligenciado pelo poder público.

Para compreender a materialidade urbana, o presente artigo fundamenta-se na perspectiva teórico-conceitual proposta pelo geógrafo Milton Santos, com ênfase no conceito de "território usado". De acordo com Santos (1996), o território não se limita a um espaço físico delineado pelo planejamento estatal, mas configura-se como um espaço vivido e apropriado por seus habitantes, os quais o transformam de acordo com suas necessidades e experiências cotidianas. Essa abordagem possibilita a análise de como os moradores das periferias se apropriam do espaço urbano à margem das regulamentações formais, estabelecendo redes de sobrevivência e resistência dentro de uma cidade que se caracteriza pela exclusão.

Nesta perspectiva, adicionamos o olhar crítico da arquiteta Ermínia Maricato (2013), que considera as cidades brasileiras como produtos das "ideias fora do lugar". Segundo Maricato, o urbanismo no Brasil não atende às necessidades concretas da maioria da população, mas segue uma lógica modernista e excludente que perpetua desigualdades e privilégios. Assim, os espaços populares, como a favela retratada por Carolina Maria de Jesus (2014), constituem territórios invisibilizados pelo planejamento urbano oficial, mesmo que desempenhem um papel fundamental na dinâmica da cidade.

Diante disso, o presente artigo propõe uma análise da obra "Quarto de Despejo" sob a luz do referencial teórico que envolve o binômio território usado-cidade do pensamento único, considerando quatro categorias de análise: habitação, trabalho, alimentação e vizinhança/comunidade. Partimos da premissa de que o processo de urbanização no Brasil não se restringe à intencionalidade do planejamento estatal, mas abarca uma diversidade de variáveis que influenciam a forma como os territórios são apropriados e vivenciados. A partir dessa análise, buscamos compreender de que forma a narrativa de Carolina Maria de Jesus (2014) se insere nessa discussão e revela as contradições da urbanização brasileira.

2. Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando-se da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que permite identificar, categorizar e interpretar os significados presentes nos relatos da autora em "Quarto de Despejo". A análise de conteúdo se organiza em três etapas principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, possibilitando a sistematização das informações e a extração de categorias que orientam a interpretação do texto. A escolha dessa metodologia se justifica pela necessidade de compreender as representações da realidade urbana vivenciada pela autora, correlacionando-as com os conceitos teóricos de Milton Santos (1996) e Ermínia Maricato (2013).

Para garantir uma estrutura analítica consistente, seguimos as diretrizes metodológicas propostas por Gil (2008), que destaca a importância da definição clara das categorias de análise, neste caso, habitação, trabalho, alimentação e vizinhança/comunidade. A pesquisa qualitativa, segundo o autor, possibilita não apenas a descrição dos fenômenos estudados, mas também sua interpretação em um contexto mais amplo, permitindo evidenciar as contradições e desigualdades presentes no processo de urbanização brasileira a partir da narrativa de Carolina Maria de Jesus.

Este artigo está estruturado em diferentes seções para uma análise aprofundada da obra “Quarto de Despejo” sob a ótica do território usado e da cidade do pensamento único. Inicialmente, a Introdução apresenta o tema, os objetivos e a relevância do estudo. Em seguida, discutimos a teoria do território usado, fundamentada no pensamento de Milton Santos. Na terceira seção, abordamos os relatos de Carolina Maria de Jesus, destacando suas experiências com habitação, trabalho, alimentação e vizinhança/comunidade. A quarta seção trata da utilização de *softwares* de análise qualitativa, enfatizando sua importância na organização e interpretação dos dados. Posteriormente, detalhamos a análise dos relatos no *WebQDA*, correlacionando-os às categorias estabelecidas. Por fim, as considerações finais apresentam os principais achados da pesquisa e a seção de referências reúne as obras que embasaram o estudo.

O uso do *software WebQDA* na análise de dados qualitativos

A pesquisa qualitativa tem se afirmado como um método indispensável para a compreensão de fenômenos educacionais, e a adoção de ferramentas tecnológicas tem potencializado sua aplicabilidade. As abordagens qualitativas são fundamentais para compreender a complexidade dos fenômenos sociais. Godoy (1995) destaca que procedimentos como a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia possibilitam a análise aprofundada das relações sociais em seus contextos específicos, valorizando a subjetividade e a experiência dos sujeitos. Esses procedimentos permitem captar nuances que dificilmente seriam acessíveis por abordagens quantitativas. Nesse cenário, o *software WebQDA* se apresenta como um recurso inovador para a análise de dados qualitativos, proporcionando uma maior organização, sistematização e interpretação dos resultados da pesquisa.

Em consonância à essa perspectiva, Minayo (2006) propõe um conjunto de princípios que orientam a análise qualitativa, enfatizando a necessidade de construir interpretações contextualizadas e teoricamente fundamentadas. Para a autora, esse tipo de pesquisa é

essencial em áreas como a saúde e as ciências sociais, pois revela as múltiplas dimensões da realidade vivida, especialmente em contextos marcados por desigualdades.

De acordo com os estudos realizados, o *WebQDA* possibilita que pesquisadores e educadores realizem codificações e categorizem dados de maneira dinâmica, o que facilita a triangulação das informações e expande a validade dos resultados obtidos (Cruz; Veiga; Caetano, 2022). Essa ferramenta proporciona um ambiente colaborativo que permite a diferentes pesquisadores trabalharem simultaneamente na análise dos dados, favorecendo, assim, uma abordagem mais integrada e interdisciplinar.

Um dos principais benefícios da utilização do *WebQDA* no contexto educacional reside na facilitação da aprendizagem investigativa. Graças à sua interface intuitiva, o *software* capacita os estudantes a desenvolverem habilidades analíticas ao interagirem com os dados e elaborarem interpretações sustentadas por teorias científicas (Cruz; Veiga; Caetano, 2022). Neste sentido, o *WebQDA* constituiu-se como um aliado na formação de pesquisadores e na consolidação de práticas acadêmicas mais robustas.

Machado e Vieira (2020) argumentam que o *software WebQDA* se apresenta como uma solução inovadora para a análise qualitativa, proporcionando um ambiente estruturado que facilita a organização e a categorização dos dados coletados. Pesquisadores ressaltam que essa ferramenta permite a inserção de diversos tipos de fontes de dados, incluindo transcrições de entrevistas, documentos e imagens, o que possibilita uma abordagem mais abrangente e rigorosa. Ademais, o *software* possibilita a aplicação de técnicas de codificação e categorização, que auxiliam na identificação de padrões e tendências no material analisado. Nesse sentido, o processo analítico torna-se mais organizado e confiável, reduzindo a subjetividade na interpretação dos dados.

O uso do *WebQDA* também se destaca pela possibilidade de colaboração entre pesquisadores. Diversos estudos apontam que essa funcionalidade é essencial para grupos de pesquisa que necessitam compartilhar informações e desenvolver análises conjuntas. A plataforma permite que múltiplos usuários acessem e editem os dados simultaneamente, promovendo um ambiente de pesquisa dinâmico e interativo. Assim, a ferramenta contribui para o aprimoramento do processo investigativo, garantindo maior transparência e rastreabilidade na construção dos resultados (Machado; Vieira, 2020).

Diante do contexto apresentado, torna-se evidente que a adoção de ferramentas como o *WebQDA* representa um avanço substancial para a pesquisa qualitativa. A referida plataforma não apenas facilita a organização e sistematização dos dados, mas também contribui para o

aprimoramento da qualidade das análises e para a confiabilidade dos resultados obtidos.

Contudo, especialistas ressaltam que a utilização desse tipo de *software* deve ser acompanhada por um conhecimento aprofundado sobre os princípios da pesquisa qualitativa, a fim de assegurar que a tecnologia seja empregada de maneira adequada e alinhada aos objetivos do estudo. Assim sendo, a incorporação do *WebQDA* no âmbito acadêmico evidencia a relevância da inovação metodológica para o progresso da ciência e a geração de conhecimento mais estruturado e confiável (Machado; Vieira, 2020).

3. Desenvolvimento

Conceito de “território usado” de Milton Santos

Milton Santos, define o "território usado" como aquele que é efetivamente usado e apropriado pela sociedade para atender às suas necessidades, resultado da interação entre o espaço físico e as dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Para Santos (2001), o território não é apenas um espaço físico delimitado por fronteiras naturais ou políticas; é, antes de tudo, um lugar com conteúdo, onde o trabalho humano e as relações sociais têm significado. O "uso" do território neste contexto representa os valores, intenções e interesses da sociedade em um determinado período histórico.

De forma complementar, Silveira (2011) argumenta que, em cada período histórico, o território reflete uma configuração específica de forças políticas, econômicas e sociais, resultando em diferentes formas de organização espacial. Ela destaca que a divisão do trabalho, impulsionada por fatores como a técnica e a organização, contribui para a formação de especializações territoriais produtivas e para a concentração de atividades econômicas diversas nas áreas urbanas.

Queiroz (2014) destaca que para Santos, o espaço é uma instância social, assim como a política, a economia e a cultura, e que, no atual período histórico, caracteriza-se pela materialização do meio técnico-científico-informacional, expressão geográfica da globalização. Essa perspectiva leva à compreensão do espaço a partir de três escalas da totalidade: o mundo, a formação socioespacial e o cotidiano. O território usado é concebido como a totalidade da formação socioespacial, composto pela configuração territorial (infraestruturas e meio ecológico) e pela dinâmica territorial (uso do território por agentes como firmas, instituições e pessoas). É nesse uso que ocorre a dialética entre o externo e o interno, o novo e o velho, o Estado e o mercado.

Assim, o lugar por sua vez, representa a dimensão geográfica do cotidiano, onde se manifestam as contradições entre circuito superior e circuito inferior, verticalidades e horizontalidades, racionalidades e contrarracionalidades, solidariedade organizacional e solidariedade orgânica. O autor argumenta que o lugar é a força para enfrentar a globalização como fábula e como perversidade, produzida pelas redes, e construir uma globalização como possibilidade (Queiroz, 2014).

Os fatores infraestrutura, tecnologia, economia e práticas culturais influenciam esse uso, enquanto as diferenças no acesso e no controle do território demonstram as contradições do sistema capitalista. Milton Santos enfatiza a relevância dos sistemas técnicos, que modificam o território de acordo com as demandas globais e locais, evidenciando que o território usado é tanto palco quanto produto das relações de poder e da produção social (Santos, 2001).

De acordo com Santos (1996), o território é composto por dois elementos fundamentais: a base técnica e os conteúdos sociais. A base técnica é composta por toda a infraestrutura material e pelos sistemas técnicos que sustentam as atividades humanas, como estradas, edificações, redes de telecomunicações e meios de produção. Esses sistemas técnicos estão diretamente relacionados ao desenvolvimento tecnológico e representam as demandas econômicas e sociais de cada período histórico.

Os conteúdos sociais dizem respeito às relações de poder, às práticas econômicas, às dinâmicas culturais e aos significados simbólicos que se materializam no território. De acordo com Santos, esses elementos não estão isolados; estão em constante interação, influenciados pelo contexto histórico e pelas forças políticas e econômicas dominantes. Dessa forma, o território usado é tanto o produto quanto o palco das contradições sociais, o que demonstra as diferenças estruturais, especialmente em contextos de globalização desigual, em que a técnica reforça o domínio de grupos hegemônicos sobre o espaço (Santos, 1996; 2001).

Santos (2001, p. 48-49) aborda o conceito de “território usado” da seguinte forma:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem (...). Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (Santos, 2001, p. 48-49).

Conforme evidenciado por Santos (2001), é possível ressaltar que o território não se trata apenas da sobreposição de sistemas naturais e artificiais criados pelo ser humano, mas também da união entre o espaço físico e a população que o ocupa, formando uma identidade coletiva e um sentimento de pertencimento. O autor enfatiza a importância do território para as atividades humanas, tais como o trabalho, a residência, as trocas materiais e espirituais, influenciando e modificando-as.

Dessa forma, o conceito de território está diretamente ligado ao de "território usado", que é o espaço apropriado e usado por uma população específica, onde há uma interação mútua entre o espaço e as pessoas, em um processo de transformação mútua. Santos (2001) reforça essa ideia ao mencionar que "primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem", enfatizando como a relação entre os indivíduos e o espaço influencia tanto a identidade quanto as práticas sociais. Essa relação é essencial para a criação de tribos, povos, nações e, posteriormente, Estados nacionais.

A produção do espaço urbano revela contradições expressas na coexistência, dentro das mesmas cidades, de territórios bem estruturados, com infraestrutura, serviços públicos, equipamentos e segurança da posse, ao lado de áreas onde esses elementos são escassos, incompletos ou precários. Diante da ausência de um atendimento pleno e universal ao direito à moradia e a cidades sustentáveis, as pessoas recorrem aos meios disponíveis para garantir essas condições, promovendo a autoconstrução e ocupando espaços urbanos para viabilizar sua função social. Dessa forma, formam-se territórios que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já classificou como "Favelas", "Aglomerados Urbanos Excepcionais", "Setores Especiais de Aglomerado Urbano" e "Aglomerados Subnormais", sendo denominados, desde janeiro de 2024, como "Favelas e Comunidades Urbanas" (IBGE, 2024).

As primeiras favelas e comunidades urbanas brasileiras surgiram no início do século XX. Com o avanço da industrialização, a intensificação da urbanização e o aumento da migração interna a partir da década de 1940, esses territórios se expandiram, tornando-se uma questão social relevante. Essa expansão evidenciou a necessidade de incluí-los nos recenseamentos populacionais. Entre as décadas de 1960 e 1970, as favelas e comunidades urbanas passaram a ser tratadas como problemas a serem erradicados das cidades, sobretudo por meio de remoções e do financiamento habitacional voltado à população de baixa renda. A partir da década de 1980, com a adoção de medidas restritivas à intervenção estatal, o desmonte das políticas habitacionais, a recessão econômica e o empobrecimento das camadas médias, houve um processo de consolidação e expansão das favelas em diversas regiões do País (IBGE, 2024).

A compreensão crítica das favelas enquanto expressão histórica e socioespacial da urbanização brasileira envolve tanto suas origens quanto suas configurações contemporâneas. De acordo com Queiroz Filho (2011), o termo "favela" passou a designar os assentamentos precários a partir da ocupação do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, por ex-combatentes da Guerra de Canudos, em um contexto de descumprimento de promessas estatais de moradia. Esse marco simbólico revela que a favela nasce como resultado direto da omissão do Estado frente às demandas habitacionais das camadas populares.

Além disso, esses territórios são marcados por uma significativa presença de população preta e parda e, em algumas regiões, indígena. No entanto, dada a diversidade do território brasileiro, as favelas e comunidades urbanas assumiram, ao longo do tempo, diferentes configurações. Elas variam quanto à antiguidade, formas de ocupação, tipos de construção, arruamento, dimensões e densidade populacional. Sua formação pode ter ocorrido por meio da autoconstrução ou por projetos habitacionais, estando localizadas em morros, baixadas, alagados, vales, praias, dunas, manguezais e outros contextos geográficos (IBGE, 2024).

Em consonância, Silva *et al.* (2009) destacam que as favelas se constituem como territórios marcados por estigmatização, ausência histórica de investimentos públicos e forte sociabilidade, devendo ser reconhecidas não como anomalias urbanas, mas como formas legítimas de apropriação e produção do espaço por populações historicamente marginalizadas. Essa articulação teórica reforça a necessidade de políticas públicas que tratem a favela como parte integrante da cidade e promovam justiça territorial.

Em síntese, a apropriação do território pelas favelas, na perspectiva de Milton Santos (2001), é um processo dinâmico e multifacetado, que envolve tanto a dimensão material quanto a social e cultural. As favelas se tornam, assim, espaços de resistência, de criatividade e de identidade, onde os moradores constroem suas próprias formas de vida e de organização.

Nesse contexto, é importante considerar que o uso do território também é mediado pelas dinâmicas do mercado, que orienta a distribuição de bens, serviços e oportunidades na cidade. O mercado, entendido aqui como um espaço de trocas regulado por interesses econômicos e relações de poder, influencia diretamente quais áreas recebem investimentos e quais permanecem à margem. Para Oliveira (2000), o mercado é concebido como o espaço onde os indivíduos exercem sua autonomia por meio da escolha; contudo, essa concepção não se aplica da mesma forma às periferias urbanas, que historicamente não participaram da formação desses mercados e, por isso, não se beneficiaram da construção desse ideal de autonomia.

Essa assimetria de participação e acesso ajuda a compreender por que o urbanismo brasileiro, conforme critica Maricato (2013), reforça desigualdades estruturais, privilegiando áreas integradas ao circuito formal da economia e relegando os territórios populares à invisibilidade e à precariedade.

De acordo com Maricato (2013), o urbanismo brasileiro, ao invés de refletir a realidade concreta da cidade como um todo, está comprometido com uma ordem que beneficia apenas uma parcela da sociedade. Enquanto essa ordem se apresenta como universal, na prática, reforça desigualdades e privilégios, deixando de lado territórios marginalizados, que sequer são reconhecidos nos planos urbanísticos. O urbanismo modernista/funcionalista foi um dos mecanismos que contribuíram para a manutenção da desigualdade social no Brasil, pois mascarou a realidade das cidades e favoreceu a especulação imobiliária, restringindo o acesso à moradia e ao espaço urbano para uma minoria privilegiada.

O desenvolvimento do planejamento territorial teve um momento expressivo durante os chamados “trinta gloriosos”, com repercussões significativas na América Latina, especialmente a partir das iniciativas promovidas pela Cepal. Como destaca Fiori (1997), embora a globalização seja um fenômeno incontestável, sua abrangência não é total, pois ela se manifesta de maneira desigual ao redor do mundo.

No livro “Quarto de Despejo”, Carolina Maria de Jesus (2014) destaca esse processo ao descrever sua rotina na comunidade do Canindé, onde os habitantes enfrentam continuamente a ausência de políticas públicas e buscam soluções para suas necessidades fundamentais. A escritora ilustra como os residentes, mesmo em circunstâncias desfavoráveis, formam uma identidade coletiva e criam estruturas de organização social que possibilitam a posse do território, mesmo em um cenário de exclusão e marginalização.

As análises críticas sobre *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus (2014), apontam para a potência política e estética da obra como expressão da experiência negra feminina nas periferias urbanas brasileiras. Baltazar (2022) destaca que a escrita de Carolina rompe com os parâmetros tradicionais da literatura canônica ao produzir um testemunho que revela as múltiplas dimensões da exclusão social, da fome e do racismo estrutural vivenciados no cotidiano da favela. A autora argumenta que o diário de Carolina não apenas denuncia as condições materiais precárias a que está submetida, mas também inscreve sua voz, de mulher, negra e favelada, em um espaço de enunciação historicamente negado. Dessa forma, sua obra adquire valor literário, político e histórico, tensionando os limites entre literatura e documento, subjetividade e coletividade.

Complementando essa perspectiva, Siqueira (2022) propõe uma leitura comparativa entre a produção de Carolina Maria de Jesus e a escritora martinicana Françoise Ega, fundamentada no conceito de "amefricanidade", formulado por Lélia Gonzalez. A autora argumenta que ambas constroem uma escrita situada, marcada pela oralidade, pelo cotidiano das mulheres negras e por uma perspectiva contra-hegemônica da história e da literatura. A pesquisa evidencia como essas autoras, a partir de diferentes contextos coloniais e linguísticos, produzem uma literatura que emerge da vivência concreta da opressão, mas que também afirma a agência e a memória coletiva de mulheres negras das Américas. Nesse sentido, a obra de Carolina é compreendida como parte de uma tradição literária amefricana, na qual a escrita assume um papel de resistência epistemológica e insurgência narrativa frente à colonialidade do saber e à invisibilização das vozes subalternas.

A falta de infraestrutura nas favelas é uma demonstração física das contradições do capitalismo e da urbanização excludente, conforme examinado por Milton Santos (2001) através do conceito de "território usado". Nas comunidades carentes, a falta de condições estruturais - que inclui a falta de saneamento básico, acesso inadequado à água e eletricidade, falta de infraestruturas públicas e transporte inadequado - destaca a segregação socioespacial.

O crescimento urbano favorece as regiões centrais e economicamente ativas, deixando os espaços periféricos à margem. Isso evidencia a concentração de recursos em benefício das elites e a reprodução das desigualdades socioespaciais, uma vez que o investimento público e privado se volta para áreas já valorizadas, enquanto os territórios populares permanecem com infraestrutura precária, acesso limitado a serviços e baixa visibilidade nas políticas de planejamento urbano.

4. Resultados e discussão: a favela como território usado e excludente

A presente seção tem como objetivo apresentar e discutir os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo do diário "*Quarto de Despejo*", de Carolina Maria de Jesus, utilizando como categorias analíticas os eixos de habitação, trabalho, alimentação e vizinhança/comunidade. A apresentação e interpretação dos resultados desta pesquisa estão fundamentadas na análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2016), procedimento que, segundo Mendes e Miskulin (2017), permite a construção rigorosa e contextualizada de sentidos a partir de dados qualitativos, valorizando a escuta e a organização sistemática das informações.

A codificação foi realizada com o auxílio do *software WebQDA*, a partir da identificação de trechos que evidenciam as condições de vida da autora na favela do Canindé. A análise está fundamentada na teoria do território usado, de Milton Santos (2001), que compreende o território como espaço vivido, construído por práticas sociais e relações de poder.

Essa perspectiva dialoga diretamente com as críticas urbanas de Ermínia Maricato (2013), que, no capítulo “O lugar fora das ideias e as ideias fora do lugar” do livro “*A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*”, denuncia como o planejamento urbano brasileiro mantém uma lógica excludente e modernista, invisibilizando os territórios populares. Enquanto Santos (2001) evidencia que o uso do território é marcado pelas contradições entre agentes e interesses desiguais, Maricato (2013) mostra como essas contradições se materializam na cidade, reforçando privilégios para determinadas áreas e negando direitos básicos às periferias. Ao articular essas duas abordagens, torna-se possível compreender como a experiência cotidiana de Carolina Maria de Jesus reflete e denuncia os conflitos socioespaciais que estruturam os territórios periféricos urbanos.

- **Habitação: o território da precariedade e da resistência**

A categoria Habitação revelou, ao longo do diário de Carolina Maria de Jesus, uma constante luta contra as condições degradantes de moradia no espaço da favela do Canindé. Foram identificados diversos trechos que descrevem os aspectos físicos do barraco em que vivia, a fragilidade da estrutura e os desafios enfrentados com chuvas, frio e insalubridade.

Em um dos relatos, a autora afirma: “*Fiquei nervosa porque não dormi. Passei a noite concertando o telhado por causa das goteiras.*” (Jesus, 2014, p. 109), evidenciando a vulnerabilidade material do espaço que, ainda assim, abriga toda sua experiência cotidiana. Essa moradia improvisada, feita com restos de madeira, lata e papelão, revela o processo de autoconstrução forçada a que são submetidos os habitantes das periferias, fruto da ausência de políticas públicas adequadas.

Na perspectiva de Santos (1996), esse espaço precário não deve ser visto apenas pela sua materialidade, mas como um território usado, onde a vida se organiza apesar das carências. O barraco de Carolina é mais do que abrigo: é expressão do uso do território por uma população historicamente excluída, que ressignifica espaços marginalizados por meio da sobrevivência. Já Maricato (2013) afirma que o modelo de urbanização brasileiro se estruturou por meio da exclusão da população pobre das áreas formais da cidade, relegando às periferias a responsabilidade pela produção da moradia. Essa lógica está clara no trecho: “*...Estou residindo*

na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui.” (Jesus, 2014, p. 17), onde Carolina evidencia o peso simbólico de morar fora do espaço “legítimo” da cidade.

Em outro relato, datado no dia 25 de junho de 1959, Carolina expõe que “...Voltei para o meu barraco imundo. Olhava o meu barraco envelhecido. As tabuas negras e podres. Pensei: *está igual a minha vida!*” (Jesus, 2014, p. 152). Esse fragmento expõe a profundidade da ligação entre a condição material da moradia e o estado subjetivo da autora. Carolina não descreve apenas o espaço físico do seu barraco, mas o toma como um reflexo de si mesma, deteriorado, escurecido, gasto pelo tempo e pela dureza da existência. O barraco é mais do que um abrigo precário: é a metáfora concreta da sua trajetória de vida num território que a corrói tanto quanto ela tenta resistir dentro dele.

Carolina segue relatando com clareza a consciência aguda da exclusão estrutural que organiza o território urbano e, por consequência, o destino dos sujeitos que o habitam. “Cheguei à conclusão que quem não tem de ir pro céu, não adianta olhar para cima. *É igual a nós que não gostamos da favela, mas somos obrigados a residir na favela.*”, metáfora do céu, símbolo de elevação, esperança e salvação aparece como algo inacessível para quem está preso à realidade concreta e dura da favela. Ao afirmar que “não adianta olhar para cima”, ela escancara o desencanto com promessas de ascensão ou melhora que nunca se concretizam para os marginalizados.

Essa fala, para além do desejo individual de mudança, expõe o que Maricato (2013) denomina “ideias fora do lugar”: um modelo urbanístico que se apresenta como universal, mas que na prática define a favela como espaço ilegítimo e provisório. Sob a ótica de Santos (1996), essa exclusão não é apenas física, mas simbólica, pois impede que o território seja reconhecido como parte constitutiva da cidade, reforçando uma hierarquia espacial que se projeta inclusive nas metáforas de Carolina, como a do “céu inacessível”.

A fala de Carolina Maria de Jesus revela não apenas a precariedade material da moradia, mas também a fragilidade das relações sociais e do sentimento de segurança dentro da favela. Ao declarar que “A pior praga da favela atualmente são os ladrões. Roubam à noite e dormem durante o dia. Se eu fosse homem não deixava os meus filhos residir nesta espelunca. Se Deus auxiliar-me hei de sair daqui, e não hei de olhar para trás” (Jesus, 2014, p. 163), a autora expõe o grau de hostilidade e desesperança que permeia o território onde vive. O uso da palavra “espelunca” para se referir à própria casa enfatiza o desgosto e a humilhação sentida por estar ali, sentimento agravado pela violência cotidiana e ausência de proteção pública, que transforma o lar em um espaço de vulnerabilidade total.

Neste trecho, Carolina revela como a experiência da pobreza e da privação material se projeta para além da vida terrena, contaminando até mesmo a ideia do que seria o céu. Diante da angústia cotidiana de não poder alimentar seus filhos, ela confessa:

...Quando eu estou com pouco dinheiro procuro não pensar nos filhos que vão pedir pão, pão, café. Desvio meu pensamento para o céu. Penso: será que lá em cima tem habitantes? Será que eles são melhores do que nós? Será que o predomínio de lá suplanta o nosso? Será que as nações de lá é variada igual aqui na terra? Ou é uma nação única? Será que lá existe favela? E se lá existe favela será que quando eu morrer eu vou morar na favela? (Jesus, 2014, p. 43).

A fuga para o pensamento celestial é, ao mesmo tempo, um gesto de resistência emocional e uma denúncia aguda da desigualdade na terra. A autora revela que, para quem vive nas margens da cidade, nem o além parece prometer alívio, tamanha é a força da exclusão inscrita em seu território de vida.

Pela lente da teoria do território usado, de Santos (1996), essa reflexão nos mostra que o espaço urbano não é apenas físico, mas afetivo, simbólico e político. A favela, como território vivido, não está apenas nas ruas de São Paulo, mas entra no imaginário, invade o pensamento, contamina até a esperança. A ideia de que “até no céu pode haver favela” revela como a experiência da exclusão espacial se torna total, determinando até mesmo o que se pode imaginar como possibilidade de descanso, pertencimento ou dignidade.

Ao denunciar que a cidade formal exclui, assim como forma sistematicamente os territórios populares, Maricato (2013) ajuda a compreender esse deslocamento entre o real e o ideal que Carolina provoca. A favela é construída e mantida como espaço de invisibilidade, negligência e ausência de direitos. O fato de Carolina projetar essa favela para o céu ironiza cruelmente a ideia de que a cidade é para todos. A favela, nesse sentido, não é apenas um lugar físico, é uma marca social que parece acompanhar o sujeito até na eternidade.

A moradia descrita no diário é marcada por instabilidade e ameaça, inserida em um território que, apesar da precariedade, se constitui como espaço de resistência coletiva. A luta cotidiana por habitação digna e por permanência na cidade dá origem às favelas, que se tornam territórios de resistência frente às exclusões impostas pelo planejamento urbano formal. Nesse sentido, a análise permite compreender que viver na favela não é fruto de escolha individual, mas consequência direta de um sistema urbano excludente e desigual, em que o direito à cidade permanece negado a grande parte da população.

- **Trabalho: o cansaço como rotina e o território como meio de sobrevivência**

No diário de Carolina Maria de Jesus, o trabalho surge como uma das dimensões mais marcantes da sua existência. Ela se sustenta através da catação de papel e outros materiais recicláveis pelas ruas de São Paulo, enfrentando longas caminhadas, sol, chuva e humilhações. O trabalho aparece como atividade de sobrevivência, sem qualquer tipo de vínculo formal, segurança ou valorização. Em uma das passagens, ela relata: *“Depois, não mais quis falar com ninguém, porque precisava catar papel. Precisava de dinheiro. Eu não tinha dinheiro em casa para comprar pão.”* (Jesus, 2014, p. 12). O ato de trabalhar está intimamente ligado a fome, à urgência, à improvisação não como um meio de ascensão social, mas como ferramenta imediata de subsistência.

Sob a ótica de Santos (1996), o território usado se manifesta aqui como campo de circulação: Carolina transita pela cidade para sobreviver, apropriando-se de seus espaços públicos, como: ruas, calçadas e latas de lixo como parte do seu território de trabalho. Mesmo sendo constantemente invisibilizada, sua presença ativa transforma a cidade. Já para Ermínia Maricato, essa dinâmica evidencia uma cidade segregada, onde a população mais pobre realiza os trabalhos mais duros e essenciais, porém é mantida fora da lógica formal urbana, sem acesso a direitos básicos. Isso fica claro quando a autora escreve: *“Não sei como havemos de fazer. Se a gente trabalha passa fome, se não trabalha passa fome.”* (Jesus, 2014, p. 110), explicitando a relação perversa entre esforço e recompensa.

A condição narrada por Carolina reflete o que Santos (1996) conceitua como circuito inferior da economia urbana, em que o trabalho, embora essencial, é mantido à margem da formalidade e da proteção social. Esse deslocamento cotidiano pela cidade para catar papel é, ao mesmo tempo, apropriação e subordinação do território, evidenciando, como observa Maricato (2013), que a urbanização brasileira se sustenta na exploração da força de trabalho periférica sem integrá-la aos direitos e oportunidades da cidade formal.

O trabalho de Carolina não é apenas exaustivo, ele é também solitário, invisível e mal reconhecido socialmente. A catação de papel, além de ser sua principal fonte de renda, é uma prática de sobrevivência que impõe desgaste físico constante. Em suas palavras: *“Passei o dia catando papel. À noite os meus pés doíam tanto que eu não podia andar.”* (Jesus, 2014, p. 25-26). O trecho evidencia como o corpo é o instrumento direto de sua luta cotidiana, um corpo que resiste, mas também sofre, silenciosamente. A dor física se torna o resultado visível da precariedade estrutural a que está submetida.

Mesmo diante da dureza de sua rotina, Carolina Maria de Jesus revela momentos de leveza e resistência simbólica, como no trecho: *“Achei o dia bonito e alegre. Fui catando papel.”* (Jesus, 2014, p. 85). Aqui, o trabalho informal exaustivo, invisível e marginalizado é atravessado por uma sensibilidade que insiste em ver beleza no cotidiano. Pela ótica do território usado, essa cena mostra que a cidade não é apenas um espaço físico, mas um território vivido, onde sujeitos como Carolina não apenas sobrevivem, mas também produzem sentidos e relações com o espaço que habitam e percorrem.

Maricato (2013) lembra que os territórios populares, frequentemente apagados das ideias de cidade formal, são também espaços de invenção e afirmação. O olhar de Carolina transforma a rua, um lugar de catação em cenário de vida, mostrando que, mesmo nos limites da exclusão, há potência no ato de existir com dignidade.

No trecho em que Carolina afirma: *“Disse-lhe que eu trabalho muito, que havia carregado mais de 100 quilos de papel. E estava fazendo calor. E o corpo humano não presta”* (Jesus, 2014, p. 116), a autora explicita, de forma direta e crua, os limites físicos impostos pela rotina de trabalho informal e exaustiva. A catação de papel, atividade que sustenta sua família, exige dela um esforço corporal extremo, especialmente sob as condições climáticas adversas e sem qualquer tipo de amparo ou proteção trabalhista. A expressão “o corpo humano não presta” revela não apenas o desgaste físico, mas também um sentimento de desvalorização do próprio corpo como instrumento de trabalho forçado, consumido pela necessidade constante de sobrevivência.

Em outro relato, Carolina sintetiza com clareza a sobrecarga física e emocional imposta à mulher negra e pobre nos territórios urbanos marcados pela exclusão:

Estendi as roupas rapidamente e fui catar papel. Que suplício catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo. (Jesus, 2014, p. 19).

Carolina não apenas trabalha em condições de absoluta precariedade, mas o faz sem rede de apoio, sem proteção social, e com a filha pequena nos braços, uma cena que denuncia as camadas interseccionais da desigualdade. Aqui, o espaço urbano é vivido como desafio físico, como um território opressor, em que a coleta de papel é uma atividade exaustiva e solitária. Na perspectiva do território usado, de Santos (1996), a cidade não se apresenta como espaço de oportunidades, mas como um campo de sobrevivência, onde o território é apropriado por

sujeitos excluídos das estruturas formais de trabalho e moradia. Carolina realiza o uso do território de forma funcional, mas em condição degradante, ela circula pela cidade como produtora de valor invisível, enquanto suporta o peso literal e simbólico da maternidade solitária em meio à pobreza.

O trabalho de Carolina não só revela a precariedade do emprego informal como também denuncia o abandono do Estado em garantir condições mínimas de dignidade. A favela e a rua se tornam parte de um mesmo território, fluido, explorado, vivido com esforço e dor, onde a autora constrói sua rotina e seu modo de estar no mundo. A atividade laboral, portanto, é mais do que econômica: é territorial, corporal e profundamente desigual.

- **Alimentação: a fome como marca cotidiana do território vivido**

A fome é um tema constante e atravessador na narrativa de “Quarto de Despejo”. A cada página, Carolina Maria de Jesus descreve a dificuldade de garantir alimento para si e para seus filhos, sendo a escassez de comida um elemento que estrutura seus sentimentos, suas ações e até mesmo sua escrita. A alimentação, nesse contexto, não é apenas uma necessidade física, mas um indicador profundo de desigualdade social. Em um dos trechos, ela registra: *“Quando eu faço quatro pratos penso que sou alguém. Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está ao alcance do favelado, fico sorrindo atoa.”* (Jesus, 2014, p. 42). Esse trecho revela com intensidade a dimensão simbólica da alimentação no cotidiano da favela. Mais do que nutrir, comer arroz e feijão representa dignidade, pertencimento e até mesmo identidade. Quando Carolina afirma que “pensa que é alguém” ao oferecer comida suficiente, ela explicita como a fome desumaniza, enquanto o alimento reconecta o sujeito ao seu valor social.

Esse trecho é uma das declarações mais potentes dos relatos de Carolina Maria de Jesus, onde ela transforma sua dor em crítica política direta. Ao afirmar: *“O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora”* (Jesus, 2014, p. 25), a autora atribui à fome um valor formativo e de consciência, destacando que só quem experimenta a escassez extrema pode compreender de fato a urgência das necessidades básicas do povo. Nesse sentido, a fome se torna experiência política e pedagógica, reveladora das contradições do território urbano. Carolina, ao propor que só quem passou fome pode governar com justiça, aponta o limite da representação elitista e reafirma a urgência de um olhar que venha de dentro do chão da favela, do corpo que sente, do estômago vazio que pensa.

Essa afirmação reforça que a fome não é apenas resultado de insuficiência de renda, mas de um uso desigual do território, onde, conforme Santos (1996), a distribuição de bens e serviços é condicionada por relações de poder que afastam as periferias dos fluxos formais de abastecimento. Na leitura de Maricato (2013), essa exclusão alimentar é expressão concreta da segregação urbana, pois os territórios populares permanecem fora do planejamento e das políticas que asseguram o direito à cidade.

Em um outro desabafo sobre alimentação, onde Carolina escancara a realidade crua da fome, *“...Ontem eu ganhei metade de uma cabeça de porco no Frigorífico. Comemos a carne e guardei os ossos. E hoje pois os ossos para ferver. E com o caldo fiz as batatas. Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam muita fome eles não são exigentes...”* (Jesus, 2014, p. 26). A narrativa evidencia o uso criativo e forçado dos poucos recursos disponíveis, convertendo o que seria descarte em sustento. Trata-se de uma adaptação dolorosa, onde até os ossos se tornam base de refeição e onde a fome constante anula o direito à escolha e ao prazer de comer.

A teoria do território usado de Santos (1996) nos ajuda a entender que a fome, assim como a moradia ou o trabalho, está intimamente relacionada ao uso desigual do espaço urbano. O território da favela não apenas concentra a pobreza, mas também impede o acesso ao alimento como direito básico, transformando o ato de comer em uma luta diária. Enquanto Maricato (2013), ao discutir a exclusão das periferias urbanas do planejamento e dos direitos da cidade, reforça que o território popular não é apenas “improvisado”, mas estruturalmente negligenciado, inclusive na garantia de políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar.

Não se trata apenas da ausência de alimento, trata-se da destruição lenta da vontade de viver. A fome, aqui, não é uma metáfora: é uma dor concreta, corporal, uma ferida aberta causada pelo abandono social. *“Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome.”*. Esse relato escancara o impacto brutal e existencial da fome na vida de Carolina.

Outro trecho emblemático na força com que Carolina Maria de Jesus reconecta passado e presente, denunciando a permanência da opressão sob novas formas. Ao expor: *“E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual — a fome!”* (Jesus, 2014, p. 27), ela evoca intencionalmente a data simbólica da abolição da escravidão no Brasil para confrontá-la com a realidade da miséria em que vive. A associação direta entre a fome e a escravidão revela uma consciência histórica aguda: embora a escravidão tenha sido formalmente abolida, as

estruturas de exclusão e desigualdade permanecem ativas no território urbano, agora sob a forma de abandono social, racismo e fome.

Esse trecho de “Quarto de Despejo” é uma reflexão poderosa e profunda, que articula a experiência individual de Carolina Maria de Jesus com uma crítica social e histórica contundente. Ao afirmar: *“Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando à primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: ‘Quem escreve isto é louco’. Mas quem passa fome há de dizer...”* (Jesus, 2014, p. 32), a autora expõe a distância abissal entre quem vive a fome e quem a observa de fora, e denuncia a falsa ideia de progresso que desconsidera a existência dos territórios marginalizados. O que está em questão aqui é a ruptura entre o discurso dominante sobre desenvolvimento e a realidade concreta da exclusão vivida na favela.

Maricato (2013), ao tratar do “lugar fora das ideias”, nos ajuda a entender o porquê dessa negligência. O sofrimento de Carolina é resultado direto de um modelo de cidade forjado no modo de produção capitalista, que organiza o território de forma funcional à reprodução das desigualdades. A favela, portanto, não é apenas um espaço “ignorado” ou “naturalizado” pelo Estado, mas historicamente produzida como território de marginalização e morte, resultado de políticas e omissões deliberadas que concentram recursos e direitos em benefício das elites.

O que garante vida nesses espaços não é a ação estatal, mas a resistência cotidiana dos moradores, que, como Carolina Maria de Jesus, insistem em sobreviver, criar os filhos e afirmar sua existência em um contexto adverso. Ao relatar a “escravidão atual” da fome, Carolina evidencia que seu sofrimento tem natureza histórica e ancestral, inscrita na própria formação socioespacial brasileira.

- **Vizinhança e comunidade: entre laços frágeis e redes de resistência**

As relações de vizinhança descritas por Carolina Maria de Jesus são, ao mesmo tempo, marcadas por solidariedade e por conflitos. A favela aparece como um espaço de convivência intensa, onde a proximidade física nem sempre resulta em apoio. Em muitos momentos, a autora relata situações de intrigas, fofocas e disputas entre os moradores: *“A vizinha me insultou porque não quis emprestar arroz. Eu também não tinha o suficiente para nós.”* (Jesus, 2014, p. 45). Esse trecho mostra que, diante da escassez, os vínculos comunitários podem se fragilizar, já que cada um tenta sobreviver com o pouco que possui. No entanto, também há registros de ajuda mútua e de pequenos gestos de cuidado que constroem formas de resistência coletiva.

Em outro momento, Carolina escreve: *“As crianças brincam no barro. As mulheres conversam sentadas em latas. E assim vai passando o tempo.”* (Jesus, 2014, p. 62). Esse retrato cotidiano mostra que, apesar da precariedade, há também beleza e resistência no modo de viver da comunidade. A rua de terra, os barracos improvisados e os encontros entre vizinhos são parte de um território de pertencimento, onde se compartilham dores, histórias e esperanças. A favela, como mostra a autora, é lugar de conflito, mas também de identidade, espaço em que a coletividade, mesmo tensionada, se torna força de existência diante da cidade que insiste em apagar essas vidas.

No trecho *“Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os péssimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos.”* (Jesus, 2014, p. 11), Carolina Maria de Jesus revela o impacto direto que as relações de vizinhança exercem sobre a sua rotina e sobre a segurança emocional de seus filhos. Ao restringir o espaço de circulação das crianças ao quintal, ela expressa não apenas uma preocupação materna, mas uma desconfiança em relação ao ambiente comunitário no qual está inserida. O convívio forçado com vizinhos hostis compromete o sentimento de pertencimento e torna o território não apenas precário do ponto de vista material, mas também inseguro e emocionalmente desgastante.

O episódio em que Carolina relata um incêndio provocado intencionalmente por vizinhos, *“Um dia eu discutia com a Leila. Ela e o Arnaldo puzeram fogo no meu barracão. Os vizinhos apagaram.”* (Jesus, 2014, p. 45) evidencia como, nos territórios populares, a convivência comunitária pode ser marcada por conflitos intensos e até violentos. Nesse caso, o barraco da autora foi incendiado após uma discussão, o que revela não apenas a fragilidade física da moradia, mas também a instabilidade das relações interpessoais no contexto da favela. Ainda que os vizinhos tenham colaborado para apagar o fogo, o ocorrido revela uma dinâmica social de tensões acumuladas e ausência de mecanismos institucionais de mediação, típicos de territórios em que o Estado não garante a presença de direitos nem de proteção.

As tensões e solidariedades descritas por Carolina demonstram que, mesmo invisibilizadas pelo planejamento formal, essas formas de sociabilidade compõem, como ressalta Maricato (2013), um modo legítimo de organização urbana. Santos (1996) reforça que o território usado não se limita à infraestrutura, mas inclui essas relações cotidianas, que dão sentido e funcionalidade ao espaço mesmo sob condições de precariedade.

Em um episódio, que embora seja breve, carrega um significado profundo, onde ela relata: *“Minha vizinha pediu açúcar. Dividi o pouco que tinha.”* (Jesus, 2014, p. 33). Ao evidenciar as dinâmicas de solidariedade e escassez nos territórios populares. Quando Carolina relata que

dividiu o pouco açúcar que tinha com a vizinha, ela revela uma prática comum nas favelas: a circulação comunitária de recursos, mesmo em contextos de extrema privação. Esse gesto, simples em aparência, é um ato de resistência afetiva e coletiva, onde a partilha substitui, ainda que de forma frágil, a ausência do Estado.

Carolina releva os principais motivos das brigas entre os vizinhos, ao expor a seguinte afirmação: *“As brigas entre vizinhos são comuns. Tudo começa por causa de comida ou espaço.”* (Jesus, 2014, p. 51). Ao relatar a tensão constante que atravessa a vida comunitária nos territórios populares, onde a escassez de recursos essenciais, como comida e espaço, atua como gatilho para conflitos interpessoais. A afirmação de que “as brigas entre vizinhos são comuns” e que “tudo começa por causa de comida ou espaço” revela como a convivência na favela é marcada por relações ambíguas, que oscilam entre a solidariedade forçada e a disputa cotidiana pela sobrevivência. A proximidade física imposta pela precariedade habitacional, somada à carência de alimentos, gera um ambiente onde as relações sociais são tensionadas pelo abandono estrutural.

Na perspectiva do território usado de Santos (1996), a favela não é um “não-lugar”, mas um território cheio de vida, relações e significados, ainda que permeado por tensões. O convívio entre vizinhos se constrói no limite da carência, mas também como forma de apoio e sobrevivência conjunta. Maricato (2013) nos lembra que a exclusão urbana não se dá apenas na infraestrutura ou nos serviços públicos, mas também no modo como se ignora as formas de sociabilidade e organização dos territórios populares como se não houvesse vida legítima ali.

- **A nuvem de palavras como expressão do território usado**

Como estratégia complementar à análise de conteúdo categorizada em habitação, trabalho, alimentação e vizinhança/comunidade, foi elaborada uma nuvem de palavras com o auxílio do *software WebQDA*. Essa visualização gráfica, construída a partir da frequência dos termos mais recorrentes nos trechos selecionados da obra “Quarto de Despejo”, permite uma leitura sintética das experiências mais marcantes para a autora, evidenciando os elementos que compõem seu território vivido.

Na imagem (Figura 1), observam-se em destaque palavras como “favela”, “filhos”, “papel”, “dinheiro”, “casa”, “cruzeiros”, “fome”, “lixo” e “barracão”. Esses termos revelam, de maneira simbólica, o que Milton Santos conceitua como território usado, não o espaço idealizado, mas aquele efetivamente vivido, onde a carência de infraestrutura e políticas públicas molda o cotidiano e impõe estratégias de sobrevivência. A palavra “favela”, central e

Figura 1 – Nuvem de palavras gerada a partir dos trechos codificados no software webQDA



A recorrência de termos como “papel”, “buscar”, “comprar” e “dinheiro” explicita a luta diária de Carolina de Jesus pela subsistência, evidenciando o trabalho informal e exaustivo que define seu uso do território. Essa dinâmica se conecta à reflexão de Maricato (2013), no capítulo “O lugar fora das ideias e as ideias fora do lugar”, ao apontar que a cidade informal invisibilizada pelas políticas urbanas é, na prática, o lugar da maioria da população. A palavra “filhos” também aparece com destaque, mostrando como a relação afetiva e a responsabilidade materna organizam não apenas o cotidiano, mas as escolhas e os sacrifícios da autora.

Esses termos de maior recorrência evidenciam, como aponta Maricato (2013), dimensões centrais da vida urbana que permanecem ignoradas nos projetos e discursos da cidade formal. Para Santos (1996), a força dessas palavras confirma que o território usado se constrói a partir da experiência concreta dos sujeitos, revelando um urbano múltiplo e desigual, distante da homogeneidade projetada pelo pensamento único.

Dessa forma, a nuvem de palavras sintetiza visualmente o modo como o território da favela é apropriado de forma precária, emocional e funcional. A superposição entre espaço degradado e práticas sociais intensas, marcada por palavras como “barracão”, “água”, “comida”, “roupas”, “mulheres” e “senhora” confirma a perspectiva de que o território é uma construção social, profundamente marcada pelas desigualdades estruturais e pelas ausências do Estado.

5. Considerações Finais

Diante da proposta de analisar a obra “Quarto de Despejo” à luz do referencial teórico que envolve o binômio território usado–cidade do pensamento único, este artigo cumpriu seu objetivo ao interpretar a narrativa de Carolina Maria de Jesus por meio das categorias de habitação, trabalho, alimentação e vizinhança/comunidade. A análise evidenciou como os territórios populares são apropriados sob lógicas de sobrevivência que escapam ao planejamento formal do Estado, revelando as contradições da urbanização brasileira e o uso desigual do espaço urbano.

A experiência de vida registrada por Carolina não apenas denuncia as desigualdades estruturais que marcam o cotidiano das favelas, mas também se constitui como uma forma legítima de produção de conhecimento sobre a cidade. Nesse sentido, a articulação entre sua narrativa e as contribuições de Milton Santos (1996) e Ermínia Maricato (2013) permitiu problematizar o modo como o território é vivenciado por aqueles que estão à margem dos discursos oficiais sobre a cidade.

A leitura de *Quarto de Despejo* evidencia que as desigualdades que atravessam os territórios populares no Brasil não se limitam às esferas econômicas ou espaciais, mas são profundamente marcadas pelas dimensões de gênero e raça. A trajetória de Carolina Maria de Jesus, mulher negra, pobre, mãe solo e moradora de favela, expõe como a condição social das mulheres negras é atravessada por múltiplas opressões que se manifestam no espaço urbano por meio da precariedade habitacional, da informalidade no trabalho, da fome cotidiana e da ausência de políticas públicas que reconheçam suas existências como centrais no tecido urbano. Seu diário, ao narrar essas experiências com crueza e sensibilidade, rompe com a invisibilidade imposta a milhões de mulheres que, como ela, sustentam a cidade a partir das margens.

Dessa forma, pensar o planejamento urbano a partir das vozes silenciadas é um imperativo para compreender as disputas pelo solo urbano não apenas como questões fundiárias, mas como embates históricos por reconhecimento, permanência e dignidade. A favela, longe de ser um “problema urbano”, é a materialização das escolhas políticas que excluem mulheres, negros e pobres da cidade formal. Romper com a lógica da cidade do pensamento único, como propôs Milton Santos, requer incorporar outras racionalidades urbanas, aquelas que partem dos territórios usados, das resistências cotidianas e da vida que insiste em florescer onde o planejamento se recusa a chegar. A obra de Carolina, portanto, não apenas denuncia as mazelas do seu tempo, mas segue atual ao nos convocar a repensar quem pode — e deve — estar no centro da produção da cidade.

6. Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de mestrado, que viabilizou a realização desta pesquisa.

7. Referências

BALTAZAR, C. G. Quarto de despejo: diário de uma favelada – de Carolina Maria de Jesus. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 49, p. 344–351, 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.

CRUZ, D. S; VEIGA, A. M. R; CAETANO, L. M. D. Interlocuções entre análise qualitativa de conteúdo e software de dados webQDA na pesquisa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 4, p. 2565-2581, out./dez. 2022.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20–29, abr./jun. 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022 Favelas e Comunidades Urbanas**. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102134.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. 200 p.

MACHADO, A. L. G.; VIEIRA, N. F. C. Use of webQDA software on qualitative nursing research: an experience report. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 3, p. e20180411, 2020.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O; VAINER, C. B; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 121-192.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 1044–1066, jul. 2017.

MINAYO, M. C. DE S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012.

OLIVEIRA, F. **Entrevista dada à Revista Vintém**. São Paulo, Editora Hedra, ano 2, n. 3, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 259p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SILVA, J. de S. e; BARBOSA, J. L; BITETI, M. de O.; FERNANDES, F. L. (Orgs.). **O que é a favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009. Disponível em: https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/06/O-que-e-%CC%81-a-favela-afinal_OF.pdf. Acesso em: 9 maio 2025.

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Revista da AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru**, Bauru, v. 15, n. 1, p. 7–21, dez. 2011.

SIQUEIRA, S. V. **Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus e Cartas a uma negra, de Françoise Ega: uma literatura amefricana**. 2022. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/241769/001143981.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 maio 2025.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002. 80 p.

QUEIROZ FILHO, A. P. de. SOBRE AS ORIGENS DA FAVELA (the origins of the ‘favela’). **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33 a 48, nov. 2011.

QUEIROZ, T. A. N. de. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Revista Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 154–161, 2014.